

UTILIZAÇÃO DE ZINE COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA PRODUÇÃO DE TEXTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Filipe dos Santos Souza

filipedossantossouza2015@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7537125647768163>

Rogério Drago

rogerio.ddrago@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8595961404664412>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo dialogar sobre produções de textos escritos, já na educação infantil, utilizando a produção de zines como recurso pedagógico. Para isso, buscou-se inicialmente, nas literaturas sobre a temática, identificar quais propostas de promover a escrita já foram utilizadas e, deste modo, identificar se o recurso proposto pode ser de uso qualitativo. Assim, para trabalhar a questão da produção da escrita, utilizou-se como referencial teórico a proposta de Gontijo, Schwartz e Costa (2016), com uma perspectiva de alfabetização pautada na linguagem bakhtiniana, com viés dialógico discursivo, bem como alguns documentos legais que regem a educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Produção de Textos; Zine.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo dialogar sobre produções de textos escritos, já na educação infantil, utilizando a produção de zines como recurso pedagógico. Tendo isso em mente, observou-se que pesquisas sobre a utilização do Zine são escassas para o Ensino Fundamental. Além disso, praticamente inexistentes na Educação Infantil, ao delimitar-se o uso de Zine como recurso pedagógico para produção de texto escrito. Assim, buscou-se, sem sucesso, propostas de produção de textos com uso de zine para a educação infantil. Sendo incipientes os artigos com essa proposta, foram selecionados dois artigos sobre a origem do Zine, visto que, apesar dos requisitos para produção, o

mais importante aqui é explorar o potencial criativo das crianças para produzir sentidos por meio da linguagem verbal e principalmente, textual.

Interessante lembrar que, o que poderia justificar este hiato é o pressuposto de que, nesta fase da educação básica, o que se tem definido é que o ciclo da alfabetização deve ocorrer no primeiro e segundo anos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), sendo este, chamado de ciclo da alfabetização. E também, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) (2010) essa, é uma fase que tem como eixo a interação e a brincadeira.

Segundo Rodrigues e Sambugari (2018), há divergências quando o assunto é alfabetização na educação infantil. Há quem diga que é viável já iniciar o processo nesta fase, de modo gradativo, assim como também quem prefira deixar somente para o ensino fundamental.

Além disso, há também divergências sobre a concepção do termo alfabetização, havendo múltiplas compreensões sobre o termo. Porém, será considerada, neste artigo, a concepção postulada por Gontijo, Schwartz e Costa (2016), para alfabetização, que engloba um conjunto de técnicas e apropriações de leitura e escrita, considerando-se a sua apropriação da linguagem explorando as múltiplas facetas da mesma.

Considera-se também que essas crianças já tiveram o primeiro contato com o alfabeto e assim, poderão registrar seus conhecimentos sobre a escrita aprendidos na escola vinculados a seus conhecimentos anteriores, para que exponham suas ideias, expressões e opiniões com a utilização de seus conhecimentos com textos escritos (GONTIJO; SCHWARTZ; COSTA, 2016), na produção da Zine. Todavia, é possível adaptar as produções para crianças menores pois não se duvida que desde a tenra infância, estes sujeitos já não sejam capazes de se expressar oralmente ou de múltiplas outras formas de linguagem. Cabe ao professor adaptar e explorar as possibilidades.

Deste modo, neste artigo buscou-se correlacionar a produção de Zines (MAGALHÃES, 1993), à proposta de produção textual, com uma perspectiva de

linguagem dialógico-discursiva, em que se propõe o texto como unidade de ensino da língua, nas pesquisas de Gontijo, Schwartz e Costa (2016).

BASES LEGAIS PARA A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma etapa da educação básica promovida pelo Estado, devendo ser gratuita, direcionada a crianças de zero a cinco anos, resguardada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Também tornando-se obrigatória, posteriormente, para crianças a partir dos quatro anos de idade, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) (BRASIL, 1996).

Com isso, logo após o nascimento, a criança já pode usufruir do direito de qualquer cidadão de acesso “à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” sobre a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado promovê-los (BRASIL, 1990, art. 4º).

Outrossim, é importante refletir sobre o papel da educação infantil na efetivação desses direitos da criança e buscar responder à questão: qual é a educação ofertada nas escolas de educação infantil brasileiras? Quais metodologias de ensino estão sendo utilizadas e quais são os recursos pedagógicos utilizados para promover e garantir uma educação, ou, como foco deste artigo, um processo de alfabetização de qualidade? Para responder tais perguntas, é importante salientar algumas questões sobre essa etapa do ensino.

Evidencia-se, conforme a BNCC, que a educação infantil é uma etapa de grande importância na vida educacional das crianças, diferenciando-se das demais etapas do ensino básico. Ao lidar com esse público, que poderá estar vivenciando o seu primeiro convívio social fora da família, a escola deverá fazer um trabalho em parceria com os familiares com muito respeito e diálogo. Pois, quanto mais no início da vida as crianças estiverem, mais deverá ocorrer uma articulação entre cuidar e educar, pois, nesta fase a criança, às vezes, depende totalmente de um adulto, e este, torna-se sua referência. Por

isso a escola deve, junto a família, promover a autonomia e o desenvolvimento cognitivo e social da criança (BRASIL, 2018).

Portanto, para responder as perguntas supracitadas, é preciso observar se a criança está usufruindo, principalmente, de seu direito de ser um sujeito social e não apenas um ser passivo na escola. Concomitante a isso, é preciso garantir que as crianças na educação infantil usufruam de seu direito de brincar, fantasiar, desejar, aprender, observar, narrar, questionar e situar-se historicamente produzindo cultura, como definido pelas DCNEI (2009).

Assim, considerando as peculiaridades desta etapa do ensino básico, deve-se, desde a educação infantil, dar às crianças o acesso ao universo da leitura e escrita através da linguagens que se desdobram em múltiplas expressões que podem ser exploradas pelos alfabetizadores (BRASIL, 2018).

Pois, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), o ciclo da alfabetização deve ocorrer até o segundo ano do ensino fundamental e a organização dos espaços, os tempos e os materiais usados nas atividades propostas devem possibilitar que as crianças expressem “sua imaginação nos gestos, no corpo, na oralidade e/ou na língua de sinais, no faz de conta, no desenho e em suas primeiras tentativas de escrita” (BRASIL, 2009, art. 9º).

Vê-se com isso uma possibilidade de, antes da entrada no ciclo da alfabetização, levar a criança a se apropriar dos primeiros signos gráficos e, com isso, potencializar seu aprendizado.

Além disso, considerando que a LDB (BRASIL, 1996) propõe uma alfabetização na educação básica de forma continuada, é importante dar às crianças esse primeiro contato com o universo da leitura e escrita já na educação infantil. Pois, é papel da escola possibilitar que os alunos possam vivenciar possibilidades de inserção cultural e sociopolítica sendo a escola um espaço de construção de significados éticos presentes em toda ação cidadã de forma crítica, social e política. (BRASIL, 1997)

PRODUÇÃO DE TEXTOS JÁ NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Inicialmente é mister não confundir a escola de educação infantil como um espaço em que as crianças vão para serem somente educadas pensando-se equivocadamente que os profissionais que lá trabalham são babás, ou, como se fala cotidianamente, onde as "tias" vão se encontrar com as crianças, ao invés de ser um ambiente educacional com a mediação dos professores, profissionais preparados para exercer a função. Não se deve desconsiderar a importância das babás, mas é preciso entender que, a educação infantil, é um processo educacional organizado e sistematizado para que a criança se aproprie dos conhecimentos culturais produzidos socialmente e culturalmente (MARSIGLIA; SACCOMANI, 2016).

Com isso, é necessário sistematizar um ensino que não seja apenas preparatório para o ensino fundamental, mas que considere o momento em que as crianças estão vivendo. Ou seja, propiciar aprendizagens de socialização, comunicação, autonomia, tendo como o centro do planejamento curricular a possibilidade de que o aluno construa sua identidade, produza sentidos sobre si mesmo e sobre os outros, sobre o mundo ao seu redor e sobre a sociedade (MARINO FILHO; MELLO; MAGALHÃES, 2021).

Portanto, a produção textual nesta fase, não deve ser o foco principal, mas um processo em segundo plano. Também, não fazer registros gráficos na educação infantil, não deve ser considerado um sinal de atraso da criança, mas, uma oportunidade para o professor de inserção deste sujeito na cultura letrada. Em meio a esse processo pode-se e deve-se utilizar de variadas formas de expressão de linguagem, sendo a gráfica apenas uma das variadas formas existentes.

Outrossim, a apropriação dos conhecimentos sobre a escrita não deve ocorrer desconectada da produção e leitura de textos, mas antes, deve-se considerar que a criança é um ser ativo que interage com outras crianças, com adultos e com elas mesmas em um processo dialógico. Desta forma, é preciso considerar a alfabetização "como um processo de natureza linguística, psicológica e sociolinguística e, portanto, de natureza múltipla" (GONTIJO; SCHWARTZ; COSTA, 2016).

Na prática, ao alfabetizar, o professor precisa pensar em uma alfabetização que gere nos alunos criticidade social e possibilite que se apropriem dos conhecimentos para a produção de texto oral e escrito simultaneamente a compreensão da relação entre letras e sons (GONTIJO; SCHWARTZ; COSTA, 2016). Além disso, O caderno Crianças como leitoras e autoras (BRASIL, 2016), traz para a educação infantil a proposta de que é preciso pensar em um processo de alfabetização que dê ao aluno liberdade e possibilidades de expressão, pois, utilizar a linguagem escrita requer uma série de apropriações complexas não pertinentes a essa etapa do ensino. Com isso, é mister promover situações em que as crianças tenham a possibilidade, e mais que isso, o desejo de escrever.

Objetivando uma proposta de produção textual que tenha sentido para as crianças, este artigo tem como referencial teórico a concepção de linguagem proposta por Bakhtin através dos estudos de Gontijo, Schwartz e Costa (2016). Nessa perspectiva, o texto se torna o meio pelo qual se busca a alfabetização, conferindo às crianças um posicionamento responsivo frente às suas produções de texto.

Com isso, mais que limitar o aprendizado da leitura e produção de textos estanque da expressão social, ou mesmo, a reescrita de textos como cópias, considera-se aqui, produções de texto como processos discursivos e dialógicos, produtos da expressão da linguagem podendo ser orais ou textuais (GONTIJO; SCHWARTZ; COSTA, 2016).

(FAN)ZINE

A partir do exposto, para melhor utilizar o Zine como recurso pedagógico, é mister conhecê-lo antes. Então, é importante responder, afinal: o que é zine? Qual sua origem? Como se produz? E finalmente confirmar se ele realmente pode ser usado como recurso pedagógico para produção de texto escrito na educação infantil.

Segundo Magalhães (1993), Fanzine é uma produção amadora de baixo custo produzida de forma artesanal por aficionados a determinada arte, hobby, personagem entre outros. Tem como característica ser um gênero de imprensa alternativa e com isso

são produções livres de censura em que seus autores não estão preocupados nem com lucro, nem produções em grandes quantidades e nem com regras para produção.

Essa espécie de revista alternativa nasceu para ser usada para dar voz a autores que não estão na grande indústria de revistas, deste modo, pode-se se dizer que o “Fanzine não passa de uma revista marginal” (MAGALHÃES, 1993, p. 12). Ou seja, através dessas pequenas produções, era possível que as minorias pudessem expor sua forma de ser no mundo, dando a eles a possibilidade de “criar as suas próprias narrativas, de gerar conhecimento, tomando por fonte de inspiração o próprio cotidiano, subjetivando-se, sem uma influência direta da indústria do entretenimento midiático” (RICO, 2017, p. 109).

Ademais, é interessante diferenciar os significados das palavras Fanzine e Zine. Segundo Magalhães (1993), mesmo que alguns fanzines já tenham sido produzidos desde a década de 30, a palavra Fanzine foi criada por Russ Chauvenet no ano de 1941, nos Estados Unidos. Esta palavra é uma abreviação das palavras “fanatic” e “magazine”, podendo-se traduzir deste para uma espécie de “magazine do fã” ou “revista do fã”.

Assim, com o passar do tempo, foram surgindo vários outros neologismos para Fanzine que abordavam temas variados, sem necessariamente serem produzidos dentro da cultura de fãs, como em sua origem. Pode-se, como exemplo, citar Amazines, Profanzines, Adzines e E-zines. O Zine ou mesmo a Zine é também uma destas variações e tem como fonte todo e qualquer conteúdo de forma livre e espontânea dependendo da motivação de seu autor, podendo ser coletivo ou individual, por cópias ou totalmente autoral (RICO, 2017).

A partir disso, deve-se considerar que uma produção textual está para além da grafia, mas, traz em si a discursividade de seu interlocutor. Ou seja, a partir do proposto, as crianças poderão colocar no papel a sua perspectiva, de forma criativa, seja com desenhos, recortes e, explorar potencialmente a escrita textual, explorando desta maneira o potencial criativo do indivíduo e sua capacidade de objetivar suas ideias em uma produção autoral.

Deste modo, pode-se pensar a produção de zines como recurso pedagógico de grande valia, pois, possibilita à criança muito mais do que somente reproduzir em seu caderno aquilo que está no quadro, mas, de enunciar sua opinião, de ter voz ativa através de suas produções, objetivando nelas a sua leitura da realidade em que vive utilizando de múltiplas linguagens.

Para que a produção de texto seja algo significativo na educação infantil, as crianças precisam vivenciar motivos reais para fazê-lo. Ou seja, mais do que somente demonstrar ao professor que sabe escrever, o texto produzido deve ter em si, um para quem escrever, um porquê escrever. Além disso, mais que produzir textos focando-se nas regras gramaticais, elas devem ter a liberdade de produzir discursos, ou seja, escrever textos na escola ao invés de somente escrever obedecendo a um comando do professor (GERALDI, 1991).

Além de se considerar a importância das situações em que as crianças poderão escrever e produzir discursos com sentido, é preciso salientar o que foi proposto por Luria (1988, p.143), que “a história da escrita na criança começa muito antes da primeira vez que o professor coloca o lápis em sua mão e lhe mostra como formar letras”, pois, ela traz em si, conhecimentos sobre a escrita muito antes de entrar na escola. Com isso, a produção de registros escritos, na fase antecedente ao ensino fundamental, não deve ser avaliada como algo sem sentido, se estes não se adequarem ao padrão da língua escrita, mas mediado para que a criança perceba a importância da escrita padrão para a comunicação.

Assim, é possível inferir que as crianças já podem produzir textos, mesmo que no momento, não sigam as regras gramaticais. Com o potencial discursivo que possuem oralmente somados aos conhecimentos anteriores, por sua leitura do mundo em que vivem, elas devem ser consideradas desde já, sujeitos ativos socialmente, com potencial crítico que pode, e deve ser estimulado, para que se apropriem da escrita padrão de modo consciente, desde a educação infantil (BRASIL, 2016).

Pois, segundo Gontijo, Schwartz e Costa (2016), a produção de textos é o ponto de chegada e de partida do processo de ensino aprendizagem da linguagem escrita, em qualquer etapa da escolarização. E, tais produções devem fazer sentido para as crianças, isso é, ser mais que somente uma prática mecanizada de repetir no caderno o que está no quadro.

Conforme isso, dentre os variados recursos pedagógicos para se trabalhar o processo de alfabetização, é importante trabalhar com as crianças aqueles que mais possibilitam mediar momentos que exercitam sua criatividade, autonomia e também trabalho em grupo, assim como expressão de si mesmo e dos ideais de um coletivo. Deste modo, o Zine torna-se uma ferramenta de grande valia pois permite ao aluno, como autor, a liberdade de criação e um senso de opinião (RICO, 2017).

Assim, busca-se nessa proposta explorar, como proposto por Gontijo, Schwartz e Costa (2016), não somente o registro gráfico, mas antes, que as crianças produzam enunciados responsivos, pois o mais importante é que a criança expresse seu enunciado participando, opinando, indagando, se opondo ou concordando, visto que a produção de texto pode ser tanto oral quanto verbal, sendo uma expressão da linguagem, para que numa perspectiva discursiva e dialógica produza sentidos.

Desta forma, se a criança se apropria da liberdade de narrar, de desenhar, de interpretar, dramatizar e brincar usando diferentes materiais e recursos, ela pode então arriscar-se na escrita de forma espontânea, descobrindo a possibilidade de representar a fala com seu desenho (BRASIL, 2016). Por isso o zine tem esse potencial, pois abarca em sua criação variedades múltiplas de produção.

Para produzir a zine, poderão ser utilizadas folhas de papel sulfite brancas ou coloridas, que poderão ser dobradas, segundo Cabral (2017), formando assim um pequeno livreto em com oito páginas.

Como poderá ser uma produção de manuseio complexa para alguns, as crianças deverão contar com a mediação do professor ou mesmo dos colegas para produzir as

matrizes. Essas matrizes são as produções que servem de referência para produzir as outras cópias.

Além disso, junto a equipe escolar, poderão ser realizadas feiras de zines com as produções de todas as turmas ou disponibilizar as zines produzidas para que as crianças da escola possam ter acesso às produções dos colegas podendo ser criada uma Zineteca com espaço para leitura ou mesmo para que as crianças tomem para si as produções, desde que a matriz fique disponível para novas tiragens.

Visto que, além da atividade proposta, muitas outras temáticas poderão ser exploradas para estimular a produção de zines, como por exemplo, opiniões sobre o espaço escolar, zines destinadas aos familiares, zines de aniversário, zines sobre o folclore, zines sobre racismo, sobre o bullying, sobre brincadeiras entre infinitas outras possibilidades, dando às crianças a oportunidade de produzir cultura e se apropriar dos conhecimentos escolares através da criatividade e expressividade em um universo de possíveis produções. Ou seja, a temática abarca uma infinidade de temas que surgem do cotidiano que a criança vivencia, seja este dentro ou fora do espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início deste artigo, na educação é preciso considerar que o brincar deve direcionar todas as vivências em sala de aula nesta etapa da educação básica. Além disso, através das brincadeiras e interações, as produções das crianças podem ser criativas e inovadoras, pois, com os zines produzidos por elas, é possível compartilhar as produções no espaço escolar com os colegas e professores, assim como com os familiares e até mesmo com a comunidade em que a escola se situa.

Além do mais, mesmo que a alfabetização não seja direcionada para essa etapa da educação, viu-se que é possível, pelas pesquisas realizadas, que é importante trabalhar a produção de textos na educação infantil, considerando-se que o registro escrito é apenas um tipo de expressão das múltiplas possibilidades que podem, e devem ser exploradas pelo professor, compreendendo que o importante é que sejam produtoras de sentido.

Por fim, pode-se dizer que a utilização do zine em sala de aula é um recurso pedagógico viável e de grande valia, devido ser um recurso criativo, barato, que pode ser utilizado pelo professor para estimular os alunos a exercitem sua individualidade e coletividade através da liberdade de expressão, de opinião, de ideias, além de possibilitar a apropriação dos conhecimentos dos conteúdos das aulas vinculados àquilo que a criança já sabe.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção leitura e escrita na educação infantil**. 1 ed. v. 6. Brasília: MEC/SEB, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** n.º 9.394 de 20, de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABRAL, Camila. **Como fazer um Zine ou Fanzine - Dicas de Como colorir**. Youtube, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/iAd9xJwuDIU>>. Acesso em 19 nov. 2023.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Cap. 3, p.115-193.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; SCHWARTZ, Cleonara Maria; COSTA, Dania Monteiro Vieira. **Alfabetização: teoria e prática**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino A Distância, 2016.

LURIA, Alexandr Ramonovich. **O desenvolvimento da escrita na criança**. In: VIGOTSKII, Liev Semionovich; LURIA, Alexandr Ramonovich; LEONTIEV, Alexis Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 4. ed. São Paulo: Icone, 1988. p. 143-189.

MAGALHÃES, Henrique. **O que é Fanzine**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MARINO FILHO, Armando; MELLO, Suely Amaral; MAGALHÃES, Cassiana. O CURRÍCULO COMO ANTECIPAÇÃO DA HISTÓRIA DA CRIANÇA: contradições entre educação e escolarização no desenvolvimento de 0 a 6 anos de idade. **Debates em Educação**, Alagoas, v. 13, n. 33, p. 150-167, dez. 2021.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; SACCOMANI, Maria Cláudia da Silva. Contribuições da periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico Histórico-Crítico. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. São Paulo: Editora Autores Associados Ltda, 2016. p. 343-368.

RICO, Omar Alejandro Sánchez. Atualização da concepção sobre aquilo chamado de Zine. **Imaginário!**, Paraíba, n. 12, p. 105-133, jun. 2017.

RODRIGUES, Sílvia Adriana; SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento. Linguagem escrita na Educação Infantil: produções apresentadas na anped (2000-2017). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 28, p. 687-705, dez. 2018.

Sobre os autores

Filipe dos Santos Souza – Aluno do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Rogério Drago – Mestre e Doutor em educação. Professor titular do Centro de Educação da universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma Universidade.